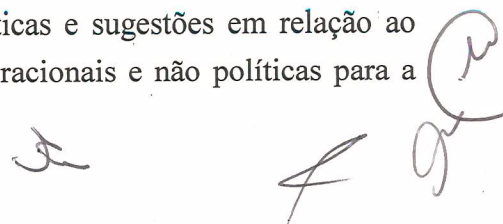


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
Realizada em 28 de agosto de 2012

1. Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e doze, às dez horas, na Sala de Retratos do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília - DF, reuniu-se o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – Conad para a Reunião Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça e Presidente do Conad, José Eduardo Cardozo e coordenação da Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Secretária-Executiva do Conad, Paulina Duarte. Presentes os Conselheiros Titulares: Camilo Domingues Vanni, representante da União Nacional dos Estudantes; César Luiz Busto de Souza, representante do Departamento da Polícia Federal do Ministério da Justiça; Cristina Maria Brites, representante do Conselho Federal de Serviço Social; Everton Frask Lucero, representante do Ministério das Relações Exteriores; Ana Paula Diniz de Mello, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; José Antônio Silva Faria, representante do Ministério da Defesa; Maria do Perpétuo Socorro Souza Nóbrega, representante do Conselho Federal de Enfermagem; Thadeu de Jesus e Silva Filho, representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Dílson Porfírio Pinheiro Teles, representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda (Coaf/MF); Darcy Izel Moreno, representante dos Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas; Marcus Vinícius de Oliveira e Silva, representante do Conselho Federal de Psicologia; Paulo Roberto Alencar Araripe Furtado, representante do Ministério Público Federal; Roberto Tykanori Kinoshita, representante do Ministério da Saúde; Sandra Regina de Oliveira, representante do Ministério da Educação. Conselheiros Suplentes: Vladimir de Andrade Stempliuk, representante da Senad/MJ); Marcos Magano Frota, representante do Meio Artístico. Convidados especiais: Aldo da Costa Azevedo, Coordenador-Geral da Diretoria de Articulação e Coordenação de Políticas sobre Drogas da Senad; Márcia Loureiro, representante do Ministério das Relações Exteriores e Peter Tofte, representante do Ministério da Fazenda.

Item 1 – ABERTURA – O Presidente do Conad cumprimentou a todos e abriu a reunião ressaltando a importância do Conselho quanto ao acompanhamento e execução do Plano de Enfrentamento ao Crack. Acrescentou, ainda, que cabe ao Colegiado apresentar críticas e sugestões em relação ao referido Plano. Prosseguindo, comentou sobre as dificuldades operacionais e não políticas para a



realização das reuniões do Conad, dentre elas, o orçamento para despesas com passagens e diárias, que em breve deverá estar solucionado. A seguir, passou a palavra a Secretária Executiva do Conad.

Item 2 – A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte, endossou as palavras do Presidente do Conselho, com relação às dificuldades de convocação de reunião. Em seguida, comentou brevemente acerca das discussões que vem ocorrendo no Brasil e no mundo em relação à política de drogas. Após, sugeriu incluir o tema na pauta do dia. Após, sugeriu ao Presidente do Conad, que antes de dar início às discussões e encaminhamento da pauta, houvesse a posse dos Conselheiros.

Item 3 – ASSINATURA DOS TERMOS DE POSSE – O Presidente do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas deu posse a Conselheira Titular, Cristina Maria Brites, representante Conselho Federal de Serviço Social; ao Conselheiro Titular, Marcos Vinícius de Oliveira e Silva, representante do Conselho Federal de Psicologia; e ao Conselheiro Titular, Roberto Tykanori Kinoshita representante do Ministério da Saúde.

Item 4 - PALAVRA LIVRE AOS CONSELHEIROS – a Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte sugeriu ao Colegiado que as colocações em relação à pauta fossem realizadas de maneira breve e objetiva considerando a presença do Presidente do Conad.

4.1 Camilo Domingues, representante da UNE – sugeriu que fossem incluídos na pauta os seguintes temas: alteração do Código Civil e descriminalização das drogas.

4.2 Marcus Vinicius, representante do CFP – apresentou os seguintes temas: conjuntura do combate às drogas; legalização da maconha; Conferência Nacional de Política sobre Drogas.

4.3 Marcos Frota, representante do Meio Artístico – trouxe os seguintes temas: alvará de funcionamento para os eventos de grande, médio ou pequeno porte, mediante apresentação de campanhas de prevenção e a criação de um fundo com receitas oriundas de porcentagem de ingressos e patrocínios. Mencionou que esse fundo seria destinado à criação de uma rede de voluntários. Citou como exemplo às “Mães da Paz”. Sugeriu ainda, que fosse criada uma semana nacional para discutir o tema drogas. Finalizando, registrou que a Senad deveria avaliar o trabalho realizado durante o Rock in Rio, haja vista o investimento no valor de R\$ 7 milhões e o uso da assinatura do Governo Federal. Acrescentou que é preciso ouvir as pessoas que participaram do evento para validar o trabalho de prevenção ora realizado.

4.4 Camilo Domingues, representante da UNE – retomando a palavra, apresentou ao Presidente do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas algumas propostas de temas sugeridos pela UNE, dentre eles: a conjuntura de drogas; debate do tema drogas inter-conselhos; seminário com todos os



conselhos de drogas do Brasil, com vistas ao fortalecimento dos instrumentos de participação social na temática de drogas; e a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas sobre Drogas.

4.5 José Eduardo Cardozo, Presidente do Conad, fez breves considerações em relação às discussões realizadas. Mencionou que houve mudanças significativas em relação ao tema drogas, como por exemplo, mudanças de postura e quebras de tabus. Ressaltou que qualquer iniciativa deve contar com o respaldo da sociedade, do contrário não há como avançar. Acrescentou que a discussão do tema drogas permite o amadurecimento de convicções, leva à conscientização social e conseqüentemente vence preconceitos e tabus. Destacou que um dos tabus que vem sendo quebrado com êxito é a idéia da repressão como forma de tratamento de dependentes químicos. Relatou que a sociedade vem avançando em relação à prevenção, ao tratamento e a reinserção social como aspectos importantes de quaisquer políticas públicas. Em relação à questão da liberação de drogas, relatou que há muita controvérsia. Informou que há países recuando e alguns tentando avançar, entretanto, ressaltou que este tema deve ser colocado para a sociedade e que cabe ao Conad atuar como protagonista na condução deste processo. Iniciativas como conferências ou seminários, devem ser discutidas no Conad e encaminhadas ao Governo Federal. Em relação à proposta de criação de um fundo para rede de voluntários apresentada pelo conselheiro Marcos Frota, mencionou que o Colegiado deve discutir a viabilidade e caso positivo propor estratégias de ação. Em seguida, comentou sobre a experiência vivenciada no Rock in Rio e ressaltou que é preciso dar continuidade a este trabalho, bem como é preciso avaliar com vistas a potencializar as ações. Finalizando, ressaltou que o Ministério da Justiça assim como o Ministério da Saúde estão abertos para receber críticas e propostas do Colegiado em relação à Política sobre Drogas. Após, passou a palavra a Secretária Executiva.

4.6 A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte - submeteu à aprovação do Plenário as seguintes propostas: continuar a discussão em relação aos temas apresentados; retomar a pauta original; ouvir a apresentação do Ministério da Saúde – Eixo Cuidado no Plano de Enfrentamento ao Crack.

4.7 Aldo Zaiden, representante do Ministério da Saúde – ressaltou a importância de se questionar a pauta e ouvir os conselheiros. Entretanto, sugeriu que fosse feita a apresentação do Ministério da Saúde de forma breve.

4.8 Marcus Vinicius, representante do CFP – sugeriu ao colegiado que fosse incluída na pauta a conferência Nacional sobre Drogas, atendendo assim tanto a demanda da UNE como do CFP.

4.9 A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte – submeteu ao colegiado a proposta de ainda no período da manhã ouvir a apresentação do Ministério da Saúde e no período da tarde retomar a discussão da pauta.

5

3



4.10 Roberto Tykanori, representante do Ministério da Saúde – em relação ao eixo cuidado, apresentou os seguintes dados:

- a) Em 2011 havia sessenta consultórios de Rua funcionando, em 2012 setenta e três e a meta para o fim do ano é de setenta e oito consultórios de Rua;
- b) Foram pactuados cinquenta e três CAPs AD 3 e cento e dezesseis leitos;
- c) O Ministério da Saúde contava com quarenta e quatro unidades de acolhimento, mas a proposta é de criar mais noventa e duas unidades.
- d) Quatrocentos e onze CRAS aprovados, sendo duzentos e sessenta e quatro com termo de aceite;
- e) Centros de população de Rua pactuados oitenta e cinco, sendo cinquenta e um assinados.

Ressaltou que a tendência é dos municípios incorporarem esses novos equipamentos. Em seguida comentou sobre a reunião da Organização Pan-Americana de Saúde realizada no México, cujo foco foi álcool e saúde pública. Ressaltou que o Brasil deve retomar o tema álcool nas questões específicas que envolvem os danos indiretos, que dizem respeito à violência, morte no trânsito, absenteísmo. Informou que o Brasil assumiu a coordenação da Rede Pan-Americana de Álcool e Políticas Públicas e acrescentou que há uma expectativa da realização de um debate sobre a questão do ato haja vista, que a questão do álcool envolve questões culturais, mudanças de comportamento e danos à saúde. Mencionou que a Organização Mundial de Saúde está propondo que os países apresentem estratégias para reduzir o consumo *per capita* de álcool, pois em termos de saúde pública é o que mais trás prejuízos.

Item 5 - PALAVRA LIVRE AOS CONSELHEIROS

5.1 Darcy Iziel, representante dos Conen's – questionou a posição do Ministério da Saúde sobre a capacitação dos profissionais de saúde em relação aos procedimentos de atendimento na Rede SUS.

5.2 Roberto Tykanori, representante do Ministério da Saúde – em relação ao questionamento realizado comentou que se trata de uma capacitação muito densa, cuja proposta consiste em formar multiplicadores. Mencionou que a meta é abranger cem mil profissionais e complementou que participam desta capacitação a Universidade Federal de Santa Catarina e a de Ribeirão Preto. Ressaltou que neste momento, o foco do Ministério da Saúde é a questão do Crack e que o resultado será observado na mudança de funcionamento direto no atendimento.

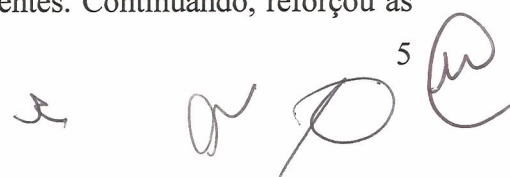
5.3 A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte, pediu permissão ao representante do Ministério da Saúde para complementação. Relatou que desde 2003 a Senad vem realizando capacitações na modalidade EaD a diferentes atores sociais. Mencionou que em 2010 a Senad e o Ministério da Saúde lançaram Edital Público para implementar quarenta e nove Centros de Referência no Brasil (CRR). Acrescentou que os CRR são grupos criados no âmbito de universidades com o objetivo de trabalhar exclusivamente com profissionais da rede pública de

saúde, assistência social e agora também de justiça e segurança pública. São 65 centros trabalhando presencialmente com os profissionais da rede. Comentou que na medida em que os profissionais da rede se apoderam do conhecimento, terão condições de pressionar as secretarias estaduais, municipais e também o Governo Federal no sentido de buscar mais recursos, para ampliação da atuação lá na ponta. Dando prosseguimento, apresentou ao colegiado o resultado da pesquisa de Mapeamento das Comunidades Terapêuticas, realizada em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mencionou que a previsão do término da pesquisa é de 31 de agosto. Acrescentou, até ontem que constava no relatório mil setecentos e quarenta comunidades terapêuticas. Descreveu que é similar a metodologia utilizada no IBGE. Dentre os instrumentos destacou o geo-referenciamento. Outro instrumento utilizado para coletar as informações foi FormSus, que permitirá cruzar dados com o SUS. Comentou que os dados da pesquisa estarão disponíveis para consulta pública no site do Observatório Brasileiro sobre Drogas (Obid) e no banco de dados do Ministério da Saúde. Mencionou que na próxima reunião será apresentado o censo completo e a localização das Comunidades Terapêuticas. Complementou, colocando que após este trabalho de localização das Comunidades Terapêuticas a Senad irá iniciar um trabalho de avaliação com definição de indicadores, com vistas a obter informações concretas em relação a essas instituições.

5.4 Cristina Brites, representante do CFESS – questionou sobre o papel do Colegiado em relação ao financiamento das Comunidades Terapêuticas. Complementou dizendo que do ponto de vista dos princípios do SUS, existe uma recusa da inclusão dessas comunidades no âmbito da rede básica, com a qual concorda. Ressaltou que o dinheiro público deve financiar equipamentos e dispositivos públicos. Chamou a atenção quanto à falta de conhecimento em relação às linhas de atuação e abordagens realizadas nas Comunidades Terapêuticas, bem como, da necessidade de se ter claro como será realizada a fiscalização nestas instituições e o repasse da verba pública. Reforçou a importância do Colegiado discutir e votar acerca do tema, haja vista que as representações no Conad não são individuais.

5.5 A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte – comentou que as colocações realizadas pelo CFESS foram pertinentes. Lembrou que o trabalho realizado pelas Comunidades Terapêuticas sempre esteve em pauta, não só no Conselho, mas no Congresso, na Câmara dos Deputados e no Senado. No entanto, mesmo dentro do governo não estava claro “como trabalhavam, nem como estavam”. No ano passado houve uma decisão da Presidenta de que o Ministério da Saúde iria financiar via SUS, as Comunidades Terapêuticas. Esclareceu que à época não haviam dados quanto ao número de Comunidades Terapêuticas existentes, quanto ao trabalho realizado ou localização. Por outro lado, havia o conhecimento de que os usuários de drogas estavam lá. Informou que a Senad iniciou em 2012 o Mapeamento das Comunidades Terapêuticas. Salientou que até então, se trabalhava com “achismos”, “eu acho que tem 5 mil, eu acho que tem 3 mil, eu acho”. Com o mapeamento há a possibilidade de se trabalhar com dados contundentes. Continuando, reforçou as

5



colocações do CFESS e sugeriu que fosse criado um Grupo de Trabalho que pudesse estudar o assunto e após apresentar propostas ao Colegiado. Esclareceu que o financiamento destas entidades deve-se a uma decisão da Presidenta. Entretanto, esclareceu que a posição da Senad, do Ministério da Saúde e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos era de que as Comunidades Terapêuticas recebessem o apoio financeiro até que os equipamentos do SUS estivessem estruturados. Está claro que as estas entidades não têm como fazer parte da rede SUS, tendo em vista que não atendem às exigências legais do SUS e não atendem como instituições de saúde. Explicou que é preciso ter claro como serão realizados os atendimentos nas Comunidades Terapêuticas para definição de indicadores de avaliação. Salientou, que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem encontrado resistência, pois há entidades que não querem fornecer as informações. Prosseguindo, informou que foi solicitado apoio dos Conselhos Estaduais sobre Drogas para obtenção dos dados. Manifestou que o Conad deve sim pensar em como poderá ser realizada a parceria com as Comunidades Terapêuticas, bem como pensar nos critérios de avaliação. Complementou, as instituições existem e recebem dependentes de drogas.

5.6 Aldo Zaiden, representante do Ministério da Saúde – destacou a importância de se criar um Grupo de Trabalho no Conad após a finalização da pesquisa de Mapeamento das Comunidades Terapêuticas. Complementou, o grupo poderá descrever as diretrizes do convênio.

5.7 Marcus Vinicius, representante do CFP – comentou que o CFP após levantamento nas entidades ficou identificado como uma organização perseguidora de Comunidades Terapêuticas. Esclareceu que o Brasil já viveu um período inflacionário e pessoas se utilizaram deste para obter vantagens. Complementou, é da cultura da inflação. Em relação ao tema drogas, mencionou que há uma tendência em reproduzir essa lógica de inflacionar porque inflacionando parece que dá dividendos políticos, dá dividendos sociais, dentre outros. Salientou que o Mapeamento das Comunidades Terapêuticas será importante para acabar com a inflação no campo retrógrado. Complementou, que há o problema real das drogas e que há a inflação também no campo das drogas. Em relação à “inflação do problema das drogas” colocou que muitas pessoas e até instituições vivem da manutenção desta inflação. Explicou, que falta ter uma relação mais justa com o tema das drogas, ou seja, ter a dimensão exata do problema, com vistas a adequações de propostas e estratégias. Expôs que há necessidade de se obter dados epidemiológicos em relação ao consumo de crack. Os resultados seriam favoráveis à desmistificação em relação ao “imaginário social” sobre o crack. Complementou, ressaltando que no “imaginário social” o problema crack é grave, justificando que seja feita “qualquer coisa”. Explicou que a “inflação do imaginário” só irá diminuir quando o Brasil tiver dados epidemiológicos. Concluindo, teceu comentários sobre a reportagem do repórter Cabrini, do SBT, referente a um manicômio de Sorocaba e parabenizou a Senad pela realização da pesquisa.

5.8 A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte – comentou que concorda com a colocação realizada pelo representante do CFP quando mencionou que “há uma inflação do problema drogas”. Relatou que já foi criticada pela imprensa e pelo ex-Senador Demóstenes por falar que não há epidemia do crack. Complementou que ainda não há indicadores que afirmem que há epidemia e que estes indicadores serão apresentados quando a Senad findar a pesquisa iniciada em 2010, junto a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade de Princeton. Informou que a pesquisa abrange 25.000 pessoas e que esta sendo coordenada pelo professor Francisco Bastos. Trata-se de um estudo epidemiológico e etnográfico, cujo investimento é de oito milhões de reais. Expôs que os resultados da pesquisa, estão sendo aguardados pelos organismos internacionais. Acredita que até final de novembro a pesquisa esteja finalizada e será apresentada à sociedade. Em relação ao consumo de drogas no Brasil, mencionou que ele existe, entretanto, o consumo no Brasil é menor comparado com os países vizinhos. Citou como exemplo a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Canadá, os Estados Unidos, dentre outros. Após, retomou o tema Comunidades Terapêuticas. Colocou que a realização do Mapeamento das instituições deve-se a falta de informações concretas. Complementou, que as Comunidades Terapêuticas têm um papel importante e que havendo o repasse de verbas estas deverão estar abertas a fiscalização, a normatização, enfim, a um mínimo de regulação. Reforçou a proposta da criação de um Grupo de Trabalho, incluindo representantes das entidades que fazem parte deste Conselho.

5.9 Marcus Vinicius, representante do CFP – chamou a atenção para o posicionamento do CFP que consiste em tratamento em regime de liberdade. Acrescentou que propostas de tratamento para qualquer tipo de droga, voltada à abstinência como única possibilidade, está fadada ao fracasso. Complementou, que o CFP acredita no trabalho em rede (comunidades, família, educação, esportes, cultura, dentre outros). Criticou o posicionamento de “obstinação” da Presidenta em repassar verbas as Comunidades Terapêuticas, acrescentou que o Conad deve se posicionar e que o Colegiado deve exercitar sua representatividade. Finalizando, mencionou que o Conad deve apresentar à Presidenta as melhores formas e onde deve ser investido o recurso público para tratar as pessoas.

5.10 Marcos Frota, representante do Meio Artístico – iniciou sua fala defendendo a criação de um fundo independente para discutir a questão das drogas. Explicou que este fundo seria criado através da arrecadação de cotas de patrocínio de shows. Acrescentou, ainda, que deveria ser criado por Decreto de Lei. Ressaltou que acredita no combate as drogas mediante o despertar da espiritualidade e da possibilidade de escolha. Finalizando, comentou que há a necessidade de um diálogo nacional sobre drogas.

5.11 A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte – submeteu ao plenário a criação de um Grupo de Trabalho para discutir o tema Comunidades Terapêuticas.

Handwritten signatures and initials in purple ink at the bottom right of the page. There are three distinct marks: a small stylized signature, a larger signature, and a signature that includes a circled number '7'.

5.12 Cristina Brites, representante do CFESS – colocou que acha pertinente a criação de um Grupo de Trabalho. Entretanto, sugeriu que o Grupo realize um estudo acerca de quanto será investido nas Comunidades Terapêuticas x quanto implicaria este investimento em ampliação da rede e dispositivos do SUS voltados para a área de drogas. Concluiu, sugerindo que o Grupo fosse criado após a apresentação do Mapeamento das Comunidades Terapêuticas.

5.13 A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte – submeteu ao plenário que o Grupo de Trabalho fosse criado após apresentação dos resultados do mapeamento das Comunidades Terapêuticas. Houve concordância do Plenário. Prosseguindo, solicitou que os coordenadores dos Grupos de Trabalho: Legislação sobre Drogas e Diretrizes para Campanhas Nacionais de Prevenção relatassem de maneira breve os andamentos dos trabalhos.

Item 6 – APRESENTAÇÃO GRUPOS DE TRABALHO

6.1. Aldo Azevedo, coordenador do Grupo de Trabalho para definição de Diretrizes para Campanhas Nacionais de Prevenção – cumprimentou a todos e após relatou que o grupo se reuniu em 15 de agosto e que houve consenso em iniciar as discussões considerando políticas no âmbito dos direitos humanos, da assistência à saúde, da prevenção. Ressaltou que a Política Nacional sobre Drogas já prevê diretrizes e pressupostos relacionados à prevenção. Acrescentou, que o Grupo não irá propor Campanhas específicas. Esclareceu que as Campanhas deverão ser propositivas, baseadas nos direitos humanos, na promoção da saúde, no tratamento e na família. Complementou colocando que o Grupo está discutindo Campanhas de Prevenção para serem incorporadas em grandes eventos, em ações culturais e esportivas, bem como em métodos de avaliação destas Campanhas. Finalizando, pediu mais tempo para finalizar as propostas.

6.2. Aldo Zaiden, representante do Ministério da Saúde – complementou a fala do coordenador do Grupo de Trabalho ressaltando que a proposta consiste em respeitar os direitos humanos. Complementou, pretende-se dar um viés positivo às campanhas, sem usar táticas de amedrontamento ou de terror. As Campanhas devem permitir a formação de opinião através da informação.

6.3. Vladimir de Andrade, coordenador do Grupo de Trabalho de Legislação sobre Drogas – cumprimentou a todos e fez uma breve apresentação sobre o seu trabalho na Senad. Em seguida comentou que o Grupo de Trabalho realizou a primeira reunião em 17 de agosto, contando com a participação do Ministério da Saúde; da União Nacional dos Estudantes; do CFESS; do MRE; do CFP; do Terceiro Setor; do Meio Artístico; do DPF/MJ; da Secretária de Assuntos Legislativos (SAL/MJ); Dr. Joaquim Domingos, representante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e do representante do Ministério Público Federal. Informou que na primeira reunião o

Grupo discutiu sobre a metodologia e definiu um plano de trabalho. Em relação à metodologia comentou que o Grupo pretende trazer no decorrer das reuniões convidados de diferentes áreas, haja vista, que as opiniões da maioria são dispares. Em seguida, fez referência aos temas a serem discutidos: relação entre drogas e saúde pública (droga como objeto de tratamento/ redução de danos / uso medicinal); relação entre drogas e desenvolvimento econômico e social; drogas e Segurança Pública (violência e encarceramento); aspectos culturais, religiosos e tradicionais do uso de drogas e abordagem legal e regulatória. Complementou, informando que foi criado um grupo virtual na Internet, no *Yahoo*. Finalizando, ressaltou, que se trata de um trabalho desafiador, entretanto, salientou que o Grupo tem claro que sua missão consiste em produzir um documento com novos cenários ou estudos que orientem o Colegiado em relação à revisão da Política Nacional sobre Drogas.

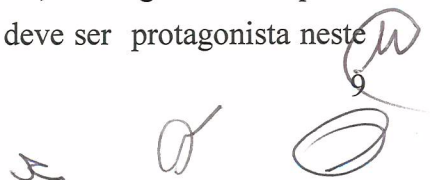
6.4 A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte – elogiou o trabalho realizado pelo Grupo e em seguida pediu licença para apresentar a Ministra Márcia Loureiro, do Ministério das Relações Exteriores.

6.5. Everton Lucero, representante do MRE – cumprimentou a todos e comentou que em breve estará em nova missão no exterior. Após apresentou a Ministra Márcia, colocando que a mesma deverá substituí-lo nas próximas reuniões. Ressaltou que o MRE tem interesse em participar e contribuir no Grupo de Trabalho haja vista que há a discussão no âmbito internacional. Destacou a legitimidade do Conad na construção de um documento que apresente a posição do Brasil nesse diálogo internacional. Em seguida fez breve comentário sobre a programação em agosto do MRE; Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Ministério da Educação quando da vinda da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE).

6.6. Márcia Loureiro, representante do MRE – iniciou sua fala agradecendo pela oportunidade de estar participando da reunião. Mencionou que ficou impressionada não só com o alcance do Conselho, mas pela amplitude dos segmentos que ele representa (governo e sociedade civil). Destacou a qualidade das discussões. Acrescentou colocando que se encontra em fase de aprendizado sobre questões relacionadas às drogas e que a participação na reunião oportunizou o aprendizado. Registrou o agradecimento e se colocou a disposição do Conad.

Item 7 - PALAVRA LIVRE AOS CONSELHEIROS

7.1 Camilo Domingues, representante da UNE – ressaltou a fala do Ministro da Justiça e Presidente do Conad acerca de romper tabus em debates sobre drogas. Acrescentou que hoje o debate sobre drogas está presente nas diversas esferas: sociedade civil; no Executivo; no Legislativo e que o Conad não poderia se ausentar das discussões. Ressaltou que o Conad deve ser protagonista neste



processo de debate. Após, comentou sobre a proposta de revisão do Código Penal que está tramitando na Câmara dos Deputados. Comentou que observa que o Conad tem limitações em acompanhar estas pautas e debates. Acrescentou que cabe ao Colegiado pensar em estratégias para trazer a sociedade para discutir temas relacionados as drogas, complementou, o Conselho deve ser o agente catalisador desse processo de discussão. Complementou, que o Colegiado é responsável por levar essa discussão para as instituições/organizações que representam. Sugeriu como estratégias de debate: a) reuniões inter-conselhos; b) seminário sobre políticas sobre drogas; reunião com os Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas; Conferência Nacional de Políticas sobre Drogas. Finalizando, sugeriu que as entidades aqui representadas devem emitir suas opiniões acerca da Política Nacional sobre Drogas.

7.2 Marcus Vinicius, representante do CFP – esclareceu a partir da demanda da OEA o CFP, discutiu o tema descriminalização de drogas com seus representantes. Chegou-se a conclusão que o tema das drogas esteve liderado internacionalmente pela posição hegemônica norte-americana e que a imposição à repressão, a guerra às drogas, não foi solucionado. Complementou manifestando que no Brasil há e sempre haverá o consumo de drogas e que não “está na nossa governabilidade mudar isso”. Entretanto, cabe ao governo questionar como consumiu, como consome, como consumirá, através de discussão junto à sociedade. Acrescentou, ainda, que há uma percepção de mudança de conjunturas e que o mundo está interessado em fazer uma reflexão a despeito dos tratados internacionais, ou seja, em discutir outra posição. Endossou que é preciso realizar um debate junto à sociedade. Expôs, que o papel do Conad hoje impõe desafios maiores do que os colocados à época do Conselho Federal de Entorpecentes (Cofen). Mencionou que o Brasil deverá estar preparado para discutir junto à sociedade questões polêmicas quando da construção de políticas públicas, inclusive políticas sobre drogas. Reforçou a necessidade de se realizar Conferência Nacional sobre Drogas. Expôs que acredita que com a realização da conferência há a tendência de melhora na qualidade da institucionalidade do Sistema Nacional de Controle Social sobre a Política de Drogas. Complemento, através da parceria com os Conselhos Estaduais e Municipais sobre Drogas. Finalizando, disse que a posição do Conselho Federal de Psicologia tem a mesma crença na força e na potência da sociedade para enfrentar os problemas que ela mesma produz.

7.3 Marcos Frota, representante do Meio Artístico – manifestou que está clara a importância da realização da Conferência Nacional sobre Drogas. Complementou, colocando que o Conad deve atuar de maneira urgente para que esta proposta seja concretizada.

7.4 Aldo Zaiden, representante do Ministério da Saúde – comentou que ao realizar um debate sobre drogas junto à sociedade há o empoderamento do Conad. Informou que o Ministério da Saúde é favorável à realização da Conferência Nacional sobre Drogas. Reforçou a proposta apresentada pelo representante da UNE quanto à realização de fóruns inter-conselhos. Comentou sobre a expertise da Secretaria-Geral da Presidência da República em relação a consultas junto à sociedade. Concluindo,

disse que o Conad deve se pronunciar sobre a proposta encaminhada ao Executivo – revisão do Código Penal – descriminalização das drogas.

7.5 Cristina Brites, representante do CFESS – comentou que o CFESS/CRESS realiza reuniões com a plenária assim como com a representação de base. Complementou que o CFESS vem pautando a discussão de drogas há muito tempo e tem divulgação a sua posição, inclusive através de Manifestos. Colocou que é preciso realizar um debate junto à sociedade visando um avanço na discussão da Política sobre Drogas. Em relação à Conferência Nacional sobre Drogas, acredita ser importante, entretanto, esclareceu que é preciso realizar primeiro uma discussão interna no Conad.

7.6 Ana Paula, representante da Sedh/PR – informou a todos que a Secretária Nacional de Direitos Humanos é favorável à realização da Conferência Nacional sobre Drogas, entretanto, colocou que gostaria de fazer um balanço com relação ao tema. Ponderou que para realizar a Conferência far-se-á necessário além da mobilização da sociedade civil, uma maior qualificação para esse debate. Complementou, que é preciso que esteja claro dentro do Conad a posição de cada instituição aqui representada. Em relação ao mapeamento das Comunidades Terapêuticas destacou sua importância na construção de políticas públicas.

7.7 Dílson Porfírio, representante do Coaf/MF – manifestou-se como cidadão e não como representante do órgão. Complementou que acredita que o Conad está iniciando uma nova etapa, entretanto, mencionou que o Colegiado enquanto representante do Governo carece de noções técnicas acerca do tema drogas, haja vista que existem vários tipos de drogas. Colocou que na sua opinião, não deveria haver uma Política Nacional sobre Drogas e sim várias políticas (drogas lícitas e ilícitas). Fez ressalva quanto à realização da Conferência Nacional sobre Drogas, mencionou que há necessidade da previsão de recursos financeiros, de planejamento de no mínimo seis meses, bem como teme a vontade da população não seja refletida e sim a de participação de “elites”. Complementou que poderia ser iniciada uma discussão através de seminários e após a conferência. Entretanto, ressaltou que é preciso estudar estratégias para realização de um plebiscito sobre a descriminalização das drogas. Citou como exemplo, a realização de plebiscitos para porte de armas. Concluindo, se colocou a disposição para apoiar o Conad na organização de um seminário para discutir questões técnicas, estruturais do próprio Conselho.

7.8 Everton Lucero, representante do MRE – em relação à colocação do representante do CFP ao usar a expressão “o mundo está interessado no debate sobre drogas”, ressaltou que é preciso ser realista e ter presente que o debate internacional ainda é muito incipiente nessa matéria. Considerou que no Brasil, o debate está muito mais avançado do que no plano internacional. Complementou, no plano internacional o que está surgindo é um movimento liderado por alguns países ainda de expressão menor, sobretudo em países da América Central como Guatemala e Nicarágua, que começaram a questionar a validade de um modelo baseado na repressão haja vista o índice de

criminalidade em seus países. Acrescentou, ainda, que estes países trouxeram essa discussão no âmbito da Cúpula das Américas. Entretanto, mencionou que há países contrários, como por exemplo, a Ásia que é resistente a qualquer tipo de modificação na política atual. Mas esta não é uma tendência mundial. Esclareceu que o fato do Brasil estudar novos cenários não resulta na legalização das drogas. Sugeriu que o Grupo de Trabalho realizasse pesquisas acerca dos cenários sobre drogas, especialmente nos países europeus como Portugal, Suíça e Holanda. Mencionou que o Itamaraty poderá obter dos respectivos governos uma visão oficial sobre o assunto, com vistas a subsidiar nas discussões internas. Finalizando, ressaltou que é preciso ter cautela antes de finalizar conclusões. Complementou, há que se explorar as diversas implicações, vertentes e experiências de outros países em relação a descriminalização e/ou legalização das drogas.

7.9 Marcos Frota, representante do Meio Artístico – pediu a palavra. Registrou ser contra a liberação das drogas. Comentou sobre a matéria divulgada na Folha de São Paulo sobre a posição dos Estados Unidos. Concluindo, colocou que na sua humilde opinião, a questão das drogas não é ligada à matéria e sim ligada ao espírito.

7.10 Marcus Vinicius, representante do CFP – elogiou as discussões realizadas durante a reunião do Colegiado. Complementou, que um Conselho deve apresentar diversidades de opiniões. Em relação à Conferência Nacional sobre Drogas esclareceu que é preciso sim ter um planejamento, que não vê a realização da Conferência daqui a seis meses, pois se trata de um evento que envolve preparação, qualificação. Ressaltou, entretanto, que é preciso discutir acerca do tema. Complementou, é preciso canalizar a discussão, legitimar o espaço da opinião, garantir a mediação de divergências e extrair o melhor que a sociedade brasileira é capaz de produzir em termos de opinião e posição sobre esse assunto. Sugeriu que na próxima reunião do Conad, o Colegiado discutisse estratégias para realização da Conferência.

7.11 Aldo Zaiden, representante do Ministério da Saúde – reforçou a sugestão apresentada anteriormente pelo representante do CFP sobre o Conad definir um esboço para realização da Conferência Nacional sobre Drogas.

7.12 Camilo Domingues, representante da UNE – mencionou que gostaria de esclarecer possíveis dúvidas quanto as suas propostas: a) em relação ao debate com a sociedade – acredita que o processo deve ser amplo e aberto, não só com seus pares. Complementou dizendo que se hoje fosse realizada uma Consulta Pública acerca da descriminalização ou legalização das drogas os resultados não seriam positivos; b) quanto à realização da Conferência a UNE está ciente que é um processo longo, haja vista tratar-se de um processo de “convencimento por todas as partes do governo”. Complementou, é preciso primeiro obter a opinião do Colegiado. O que se queremos debater nesta Conferência? Qual vai ser o modelo de organização dessa conferência? É uma conferência bipartisse? Ou tripartisse? O debate irá incluir o tema álcool? c) em relação a realização de um

plebiscito a UNE é favorável, entretanto, a realização de uma conferência é um precedente à realização de um plebiscito. Concordou com a proposta apresentada pelos representantes do CFP e do meio Artístico quanto a ter um Grupo de Trabalho que pense nestas estratégias. Finalizando, criticou a periodicidade de reuniões do Conad e elogiou a qualidade do debate da reunião ora realizada.

Item 8 - ENCAMINHAMENTOS

8.1. A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte – propôs ao Grupo de Trabalho de Legislação sobre Drogas a inclusão do item: estratégias para a organização da Conferência Nacional sobre Drogas. Continuando, informou ao Colegiado que em maio de 2012 ocorreu o primeiro Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas e neste encontro a Senad propôs aporte financeiro para que os Conselhos pudessem se reorganizar, reestruturar e se fortalecer conforme os preceitos da Política Nacional sobre Drogas. Complementou, a Política preceitua que o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) deve ser implementado por meio dos Conselhos em todos os níveis de governo e que esses possuam caráter deliberativo, articulador, normativo e consultivo, assegurando a composição paritária entre sociedade civil e governo. Informou que em setembro haverá outro encontro entre os Conselhos Estaduais sobre Drogas. Após, será apresentado ao Conad os avanços em relação a reestruturação dos Conselhos Estaduais sobre Drogas.

8.2 Marcus Vinicius, representante do CFP – em relação à reestruturação dos Conselhos Estaduais sobre Drogas, sugeriu que o Conad elaborasse recomendações a exemplo do Conselho Nacional de Saúde. Complementou que estas recomendações poderiam ser via Decreto, Portaria ou Resolução. Citou como exemplo: “O Conad recomenda aos conselhos estaduais...”.

8.3 A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte – acatou a sugestão realizada pelo representante do CFP e sugeriu que este tema constasse na pauta da próxima reunião.

8.4 Marcos Frota, representante do Meio Artístico – sugeriu que fossem convidados para próxima reunião do Conad, representantes do Ministério da Cultura e dos Esportes.

8.5 Marcus Vinicius, representante do CFP – face da reivindicação do representante do Meio Artístico, sugeriu que o Conad pensasse na possibilidade de incluir a Frente Nacional sobre Drogas.

8.6 A Secretária Executiva do Conad, Paulina Duarte – quanto ao convite aos Ministérios da Cultura e Esportes, informou que o convite já foi formalizado. Em relação à sugestão do representante do CFP mencionou ser legítima a reivindicação, entretanto, esclareceu que as

instituições convidadas participariam no Conad como Observadores, ou seja, com direito à palavra e não a voto. Entretanto, sugeriu que fosse discutida na próxima reunião o convite a Frente Nacional sobre Drogas e à Secretaria-Geral da Presidência da República. Em seguida, sugeriu que o Colegiado definisse data para a próxima reunião. Em consenso ficou agendada para o dia 09 de novembro de 2012. Em seguida, agradeceu a presença de todos e deu a reunião por encerrada.

José Eduardo Cardozo
Presidente do Conad

Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e
Secretária Executiva do Conad

Vladimir de Andrade Stempliuk
Senad/DPEAIS

Aldo da Costa Azevedo
Senad/DACPD

Aldo Zaiden Benvindo
Ministério da Saúde

Ana Paula Diniz de Mello
Secretaria de Direitos Humanos da PR

Camilo Domingues Vanni
União Nacional dos Estudantes

César Luiz Busto de Souza
DPF/MJ

Cristina Maria Brites
Conselho Federal de Serviço Social

Darcy Izel Moreno
Representante do CONEN'S

Dílson Porfírio Pinheiro
COAF/MF

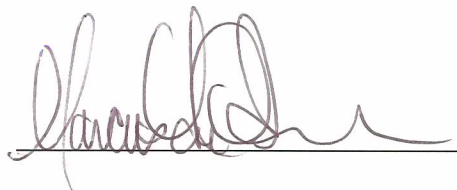
Everton Frask Lucero
Ministério das Relações Exteriores

José Antônio Silva Faria
Ministério da Defesa

Marcos Magano Frota
Representante do Meio Artístico

Maria do Perpetuo Socorro
Conselho Federal de Enfermagem

Marcus Vinicius de Oliveira e Silva
Conselho Federal de Psicologia



Paulo Roberto Alencar
Ministério Público Federal

Peter Tofte
Convidado – COFIR/MF

Roberto Tykanori Kinoshita
Ministério da Saúde

Sandra Regina de Oliveira
Ministério da Educação

Thadeu de Jesus e Silva Filho
SENASP/MJ
